

O AMBIENTE FRONTEIRIÇO: TRAÇOS INTANGÍVEIS E REALIDADES SINUOSAS¹

The Frontier Environment: Intangible Aspects and Winding Realities

Marco Aurélio Machado de OLIVEIRA*

Resumo: Este artigo trata de conceitos de fronteira, e, como é possível, a partir deles, construir propostas de pesquisa aplicada e com seus resultados transferidos para o ambiente profissional. Reconhecendo que a fronteira ainda carece de melhores interpretações, buscamos verificar o imigrante e o comércio, enquanto categorias de análise, como elementos que a constitui, adquirindo conotações complexas e dramáticas na medida em que ambos estão associados. Finalizamos o texto com a análise da experiência realizada em Corumbá, Brasil, a partir de 2015, com a implantação do Circuito de Apoio ao Imigrante.

Palavras-chave: Imigrante, Fronteira, Circuito de Apoio ao Imigrante.

Abstract: This article is about concept of borders, and from these build applied research proposals and with these results transferred to the professional ambience. Recognizing that the border still lacks better interpretations, we search to verify the immigrants and trade, while categories of analysis, as elements that constitute acquiring complex and dramatic connotations in that both are associated. We finalized the text with the preparation of an analysis of the experience carried Corumbá-MS from 2015, with the creation and implementation of Circuit of immigrant Support.

Key words: Immigrants, Border, Circuit of Immigrant Support.

Introdução:

Ambientes históricos da fronteira

Ao longo do século XX, foram construídos conceitos a respeito das fronteiras fundamentadas nos contrapontos: civilização e barbárie. Desse processo, algumas ideias ficaram bastante cristalizadas no senso comum, como: local de abandono por parte das instituições de segurança e palco privilegiado para a prática do ilícito. Contudo, a fronteira é um local privilegiado de interações entre povos e de antigas reivindicações políticas que descem das altas esferas estatais até o cotidiano vivenciado pelas pessoas que vivem nesses ambientes. Nossa proposta é fazer uma breve consideração a respeito da vida ali instalada e das formas como as autoridades estatais, normalmente, lidam com suas peculiaridades, bem como das perspectivas no âmbito universitário para contribuir na

* Doutor em História, Docente do Mestrado em Estudos Fronteiriços na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Email marco.cpan@gmail.com

efetividade de práticas positivas em região de fronteira.

É importante observar, inicialmente, que a história da América do Sul, assim como a história de todas as Américas, tornada europeia é, inicialmente, litorânea. Fruto de uma história atlântica e católica, ela misturou-se a outras tantas, mas, como sua cartografia costeira, permaneceu litorânea. A sobrevivência estava nos portos e não nas estradas. Escravizados, burocratas, administradores coloniais, mulheres, pajens, médicos, padres e loucos tinham seus olhares para o nascente atlântico, de um lado, e para o poente Pacífico, de outro. O centro do continente era de uma distância que apenas os colonialistas aventureiros poderiam aferir, mas ali havia nações indígenas que, com sangue, nutriram as canetas que escreveram a história dos dominadores do Velho Continente.

A construção da América do Sul não somente iniciou-se assim, como pretendeu perpetuar-se dessa maneira. Aí residiu um equívoco parcial e uma perversa ilusão, pois, tudo o que não era litorâneo, apenas era decorrente dele. Dizemos equívoco parcial porque, mesmo contando com figuras como Ñuflo de Chaves, Cabeza de Vaca ou alguns tradistas e bandeirantes, por exemplo, como expressões de uma vida costeira que se aventurou no interior para dar mais sentido a si mesma, construíram-se vários caminhos em direção ao centro do continente que passaram a ser inevitáveis e de mão única.

A ilusão reside na tentativa de explicar o centro do Continente, exclusivamente, a partir do litoral. Esse paradigma ainda encontra os seus defensores, cada vez mais raros e frágeis. Salientamos a fragilidade porque, por exemplo, o centro do continente já estava, desde o século XVI, em uma formação que nos exige estudos e discussões sobre; os modelos de colonização, colonialismo e neocolonialismo, regimes de governo e de trabalho, civilização e barbárie. Ou seja, os estudos sobre a América do Sul devem ser inseridos em uma lógica de grandes temas, grandes assuntos, que se pretendiam exclusivos da grandeza litorânea.

Da mesma maneira, encontram-se os estudos de fronteira, retidos numa triplicidade digna de tocaia: ignorada pelos estudiosos tradicionais, especialmente os eruditos; marginalizada pela imensa maioria dos pesquisadores; e, resgatada por uma pequena parcela de estudiosos. Aquilo que se mostra como um problema de todas as ordens pode significar uma trajetória que não deixa de ser interessante: a fronteira como: ignorada, marginalizada e resgatada. Seja em qual for o âmbito, sua carência está de tal forma instalada que um dos preceitos dos estudos e pesquisas encontra-se em compasso de espera por novas definições, em especial as metodológicas. O que demonstra fragilidade pode ser entendido como fator altamente relevante, uma vez que as inclinações trazidas em grande parte das metodologias encaminham-se para receituários de procedimentos.

Parafrazeando Buffon, quando afirmou que 'o estilo é o próprio homem', encontramos uma cilada: seria a fronteira o seu próprio estilo? Ou seja, a tentação em pavonear o estado também pode se instalar nos estudos de fronteira. Mais do que uma retórica, essa ideia criou um paradigma fantasioso, muitas e inúmeras vezes reproduzido, inclusive no âmbito da ciência. O que alertamos aqui neste texto, portanto, é que é possível delinear um estudo sobre a lógica própria à fronteira, que denominaremos por 'lógica fronteiriça' para, exatamente, tentar escapar às armadilhas que aquele pensamento narcísico manifesta. Para tanto, abordá-la-emos em dois dos seus sentidos: a política e a lei.

Ambientes fulcrais: comércio e imigração e a autoridade

Uma das características marcantes das regiões fronteiriças é a mescla cultural. Povos de nações distintas promovem um intercâmbio constante de costumes, folclore, culinária, religião, entre outros. Sabemos que diversos são os elementos que podem causar aproximação ou distanciamento entre esses povos de fronteira. Guerras ou conflitos dos mais variados matizes podem ser dados como exemplo de aproximação ruidosa e dolorida. Contudo, há outra forma que alinha os povos de maneira muito mais perene e menos traumática. Falamos aqui do comércio,

elemento fundamental para tentar compreender as dinâmicas da vida fronteiriça, ao menos daquela que estamos estudando.

Para alguns pesquisadores, o estudo da fronteira é ainda algo polêmico e esquecido, que, ao ser recordado, tem sido associado à destruição, conflitos, vigilância e repressão, porém existem vários atrativos que são rotas turísticas, como: o lazer e o comércio. No tocante ao sentido de “polêmica” que o autor aborda, isso é bastante notável, contudo, no de “esquecimento”, devemos ressaltar que diversos estudos sobre fronteira, em variadas instituições de pesquisa, têm mostrado resultados significativos, como o Mestrado em Estudos Fronteiriços (MEF), na UFMS e, um dos assuntos mais polemizados, quando abordado juntamente com a temática fronteiriça, é o comércio.

Contudo, outro importante elemento que compõe a dinâmica fronteiriça é o imigrante. O imigrante é, por excelência, um ser portador de transformações, seja na sociedade que ele deixa para trás seja na que o recebe. Nesse sentido, entendemos que tais transformações são ligadas, por um lado, às relações sociais, ou seja, os círculos de amizade, casamentos, interações escolares e laborais; economia e comércio e, por outro lado, às relações políticas, incluindo as estatais, que buscam soluções e entendimentos, uma para aclarar os motivos de saída e outra para explicar as permissões ou interdições para a entrada.

O tema imigração traz consigo uma série de complexidades, uma vez que envolve variáveis de significativas ordens nas estruturas dos relacionamentos nacionais e internacionais (SAYAD, 1998, 268-286). E, de maneira quase imediata, sua associação com as temáticas do trabalho e da fronteira tangencia a vida das sociedades que acolhem esses estrangeiros e obriga as autoridades nacionais e locais a agirem, normalmente, sob a forma do imprevisto.

As inquietantes presenças dos imigrantes trazem reflexos, também, nos locais de seu percurso migratório, entre eles a fronteira. Esta se apresenta como outra categoria complexa e, por analogia, semelhante aos estereótipos atribuídos ao imigrante, entre eles: portadora de provisórias e constituída por ilicitudes. A fronteira deve ser entendida de maneira diferenciada de outras regiões do país, isto porque é propriedade dela possuir peculiaridades e especificidades, por muitas vezes, ignoradas ou desprezadas (OLIVEIRA, 2012, p. 79).

A fronteira aqui entendida diferencia-se de limites internacionais no sentido de que a primeira é palco de vivências, experiências, conflitos e trocas, enquanto que o segundo é a “linha que divide”, resultante de acordos internacionais (MACHADO, 1998, p. 41-49). Desta forma, adotamos a compreensão de que fronteira e limites não são sinônimos, nem no sentido político. Ou seja, enquanto

os limites são produtos de acordos ou desacordos internacionais que fixam o início e, portanto, o fim de uma soberania, a fronteira é palco de vivências e trocas de experiências entre distintos povos. Muitas vezes, nem tão distintos.

A existência de muros na fronteira, visíveis ou não, denota o quanto sua formatação incomoda as autoridades estatais, da mesma forma que a inexistência de cadeiras específicas sobre fronteira nas diversas academias de formação de autoridades policiais ou judiciais demonstra o desdém que o Estado nutre por aquele espaço. Enquanto não se resolver tal contradição, a fronteira continuará sendo palco de improvisos nas práticas e políticas estatais.

Construíram-se maneiras muito peculiares de lidar com a fronteira. Sejam elas quais forem, são heranças de formas e visões importadas, principalmente, da Europa Ibérica e que instalaram um padrão muito discriminatório e, por diversas vezes, muito violento. Os povos de fronteira, ao longo de suas existências seculares, aprenderam a negociar, também, com isso. Nesse aprendizado, situa-se um dos maiores desafios das autoridades que atuam na fronteira: aprender com os fronteiriços. Se nas mentes de tais autoridades a fronteira é um risco intangível, nas dos fronteiriços, ela é uma sinuosidade desconcertante.

Dessa forma, é imperioso reconhecer que o comércio e a imigração são os grandes elementos de destaque na dinâmica vida fronteiriça, quando comparada com o restante do território nacional. Talvez, o mais dramático aspecto a ser considerado com a mais viva atenção, é que, quando associados, os temas comércio, imigrante, trabalho e fronteira são, via de regra, reveladores de despreparos dos agentes governamentais. E sobre isso é muito importante falarmos um pouco mais.

Os anos 2000 começaram com fortes sinais de que as crises herdadas do século anterior ainda estão por ser resolvidas. Dentre elas, destacaremos neste artigo, a migração internacional, que aqui chamaremos por imigrações. Trata-se de um dos fenômenos demográficos mais antigos da humanidade e que, a exemplo de períodos anteriores, não passa imune às repercussões nem às intenções dos estados e sociedades que os recebem. Portadores de fortes impressões, os imigrantes são, invariavelmente, objeto de estudos dos mais variados, contudo, iremos abordar neste artigo a forma como o imigrante é, acima de qualquer outra esfera de entendimento, categoria de análise que deve ser conjugada a outra igualmente importante, a fronteira.

São muito análogas as condições do imigrante e da fronteira. Portadores de internacionalidades, repositórios de alegações sobre ilegalidades e tensas pautas nas conversas e deliberações nas mais variadas esferas governamentais, a fronteira e o imigrante, mesmo sendo assimétricos, guardam muitas conjunções. Podemos

afirmar que tais categorias compõem, de maneira binária, uma das maximizações do entendimento do Estado.

Entendemos que, tanto o imigrante quanto a fronteira, sejam a materialização de soluções encontradas. Portanto, problemas existiram antes de suas existências: as motivações para a saída da terra natal, no caso do imigrante; e a formalização territorial da nação, no caso da fronteira. Ou seja, se um existe a partir da deliberação de tornar-se ausente da nação de origem, a outra surgiu como resolução de conflitos no século XVII, na Europa. Vale ressaltar que a emigração, qualidade do imigrante (SAYAD, 1998, p. 13), apenas se efetiva quando a fronteira, enquanto obstáculo ou instância pode ser ultrapassada. E, por essas categorias binárias serem profundamente políticas, os problemas para o Estado parecem cada vez mais distantes de um final tranquilo.

Mesmo que no sentido estrito de fronteira real, onde se situam as decisões do circuito estatal, possa ocorrer uma política para as fronteiras, como no caso dos Estados Unidos no início dos anos 2000 (CORNELIUS, 2001, p. 661-685), há que se levar em conta a perspectiva de aplicação de tais políticas (OLIVEIRA; CAMPOS, 2015, p. 47-58). Neste sentido, a autoridade estatal ganha destaque em nossa análise. Ao mesmo tempo em que reivindica isonomia com o restante do território nacional, possui inacreditáveis autonomias para decidir o que é permitido ou não, tratando-se de um sujeito com muitos poderes. Assim, a fronteira real é para o imigrante um dos mais importantes espaços a ser enfrentado dentro de suas perspectivas. Seja pelo aspecto funcional, legal, jurisdicional ou obscuro da autoridade, este conceito de fronteira impõe ao imigrante o temor à não aceitação e à ilegalidade. Em outras palavras, as políticas de imigração filtram a fronteira real em função de um limite abstrato (RAFFESTIN, 1997, p.169), dando à autoridade a dúvida interpretação.

A autoridade estatal deveria estar presente tanto nos estudos de imigração quanto o de fronteira como um tema a ser explorado, porque ela possui opiniões, reproduz padrões de valores, tem o poder imediato da decisão e tem o ar de perito. A autoridade é parte da hierarquia do Estado, portanto, é a personificação de um sistema, ao qual se incorpora e lhe é permitido incorporar juízos, percepções e tradições transmitidos no momento da resolução.

Importante salientar que a autoridade possui percepções, na maioria dos casos, muito negativas a respeito da fronteira e do imigrante, como, por exemplo, em estudos sobre a percepção sobre ambos os temas realizada na Finlândia (PITKÄNEN; KOUKI, 2002, p. 46-59), na qual aponta a negatividade aflorada nas autoridades de vigilância e de controle em contraponto às de educação e de assistência social. Há, ainda, estudo que analisa a dialética do medo das autoridades perante o imigrante e do imigrante perante a ela. Assim:

(...) el miedo al inmigrante puede dar lugar a un discurso afirmativo de la diferencia, el cual se traduce, entre otras cosas, por la elaboración de estrategias para enfrentar la negociación de su status migratorio frente a un policía. En el otro extremo, la posibilidad de alguna forma de asimilación dolorosa y negadora del sujeto, que reafirme la angustia de la inadecuación. (ETCHEVERRY, 2010, p. 60)

Desta forma, importante verificar como o MEF, com matrizes profissionais e interdisciplinares, poderia atuar junto aos órgãos que atuam com o imigrante, em especial com as autoridades que os compõem, visando abreviar distâncias entre a intenção deles e as ações delas. Sobre isso há proposta sendo construída.

A universidade e a fronteira

Um dos aspectos mais intrigantes nas observações que realizamos quando o assunto é a presença da Universidade em uma região de fronteira é a constatação do quanto sua estrutura funcional, regimental e seus quadros intelectuais são, predominantemente, conservadores. Há uma desconsideração do fator fronteira, tanto na estrutura curricular dos seus cursos de graduação, quanto no desenvolvimento de diversas pesquisas. São raros os casos de estudos de desemprego e de inflação, por exemplo, que considerem o fator fronteiriço nos cálculos e análises de seus resultados. Da mesma maneira, estudos demográficos em região de fronteira são extremamente raros entre os geógrafos, historiadores e demógrafos que atuam nessas regiões, além disso, esses pesquisadores ainda precisam dimensionar melhor o pendular migratório em seus estudos.

Contudo, há um traço acadêmico extremamente relevante: as ações extensionistas. De caráter democrático e com capacidade de ter longo alcance, a extensão é um importante ponto de partida para quaisquer iniciativas de integração acadêmica em região de fronteira. Isso porque suas realizações vão de encontro às mais variadas esferas sociais, percebendo onde de fato as relações de fronteira são afloradas.

Trabalharemos aqui com um exemplo: a aplicação de Comunidades de Prática em região de Fronteira. A partir da iniciativa de pesquisadores do MEF, foi criado em 2015 o Circuito de Apoio ao Imigrante (Circuito), em Corumbá, MS. Trata-se de um coletivo intersetorial, não hierárquico, que conta com catorze membros. Havia na época a necessidade de que os diversos órgãos que atuam diretamente com o imigrante naquela cidade estabelecessem maior conectividade entre eles, uma vez que a rede de atendimento já estava estabelecida, contudo, eles pouco se conheciam. Desta forma, a primeira medida estabelecida pelo Circuito foi criar uma dinâmica de encontros mensais que permitisse que os representantes dos órgãos membros pudessem dialogar entre si, efetivando e estabilizando os contatos e rotinas funcionais.

O caráter profissional do MEF o indica uma variedade de oportunidades de inserção no ambiente de trabalho, o que possibilita diferentes formas e tipos de organização para atender a enorme multiplicidade de temas e ambientes que lidam com a Fronteira. Nesse aspecto, é que pensamos as Comunidades de Prática (CPs) como ferramentas capazes de propiciarem novas dinâmicas desde o ingresso do discente até a conclusão de sua pesquisa, alterando, inclusive, as práticas dos docentes (FISCHER, 2005, p. 24-29). Desta forma, foi oferecida ao Circuito a possibilidade de aplicação de CPs em seus ambientes profissionais. Trata-se de uma experiência que visa potencializar as pessoas envolvidas diretamente no ambiente de trabalho, buscando soluções de problemas que os próprios reconheceram.

O termo CPs teve seu conceito desenvolvido por Wenger (1998) e tem sido debatido e adaptado em diversas instituições, incluindo universidades, até mesmo no Brasil. Trata-se de ações societárias que visam a prática compartilhada em diversos segmentos da sociedade:

O contexto do desenvolvimento societário atual tem salientado a importância do papel das organizações no campo da sociedade civil, bem como as múltiplas articulações entre agentes de diferentes esferas de atuação entre o Estado, o mercado e a própria sociedade civil. Nesta dinâmica, tem sido destacada a temática da gestão social. Esta compreende o universo de práticas organizativas voltadas, prioritariamente, para o atendimento de demandas socialmente definidas pelas populações em seus territórios, sinalizando a importância do social, do político, do cultural e do ambiental, para além do aspecto econômico (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010, p. 205).

Trata-se de criar ambiente propício para que aflore princípios elementares como: responsabilidade social; promoção de clima de confiança; iniciativa para o debate a respeito dos problemas que cercam a todos; interesse profícuo em encontrar soluções. As CPs são, por natureza, promotoras de ações específicas, revelando uma abordagem “predominantemente” funcionalista sobre as relações interpessoais no âmbito organizacional, e mesmo sobre a noção de conhecimento. Em outras palavras, “raramente [as CPs] têm sido estudadas em uma perspectiva crítica” (MOURA, 2009, p. 329).

A metodologia que estamos adotando na implantação das CPs é baseada em três eixos: na aplicação de oficinas no âmbito do MEF, que consiste em qualificar os seus discentes para atividades interdisciplinares, centrando na perspectiva de aplicação das pesquisas e na necessidade de transferência de seus resultados; nos órgãos participantes do Circuito, atuando no sentido de contribuir para que seus agentes percebam a multiplicidade de abordagens da realidade em que atuam; estimular tais agentes, também sob a forma de oficina, para que procurem conjuntamente as melhores soluções para o problema apresentado, criando, assim, as CPs.

Considerações finais

Desde março de 2016, o MEF tem aplicado CPs no Albergue de Corumbá, que funciona como Casa de Passagem para os imigrantes. Pensamos que esta seja, paralelamente à criação e implantação do Circuito, uma importante ação acadêmica no sentido de inserir no corpo de permanente debate sobre a missão das universidades em região de fronteira um elemento diferenciado: as CPs como componente da Estrutura Curricular. Acreditamos que essa seja uma oportunidade de pensar, academicamente, a fronteira a partir do que mais interessa: a própria fronteira.

Referências

- CORNELIUS, Wayne. Death at the Border: Efficacy and Unintended Consequences of US immigration Control Policy. *Population and Development Review*, 27 (4), 2001, p. 661-685.
- FISCHER, T. Mestrado Profissional como Prática Acadêmica. *RBPG*, v. 2, n. 4, Jul. 2005, p. 24-29.
- MACHADO, Lia O. Limites, Fronteiras, Redes. In: STROHAECKER, T.M. et al (orgs.). *Fronteiras e espaço global*, AGB-Porto Alegre, Porto Alegre, 1998, p.41-49.
- MOURA, Guilherme L. Somos uma comunidade de prática? *Revista de Administração Pública*, vol. 43, n. 02, mar./abr. 2009, p. 323-346.
- OLIVEIRA, Marco A. M. & CAMPOS, Davi L. Migrantes e fronteira: lógicas subvertidas vidas refeitas. In: PEREIRA, J. H. V. & OLIVEIRA, M. A. M. (orgs.). *Migração e integração*. Dourados, Editora da UFGD, 2012.
- OLIVEIRA, Marco Aurélio M. de & CAMPOS, Davi L. Imigrações e Instituições de Fronteira: Bolivianos em Corumbá, MS. *Revista Científica Direitos Culturais*, v. 10, n. 20, 2015, p. 47-58.
- PITKÄNEN, Pirkko; KOUKI, Sato (2002) Meeting foreign cultures: A survey of the attitudes of Finnish authorities towards immigrants and immigration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol., 28, n. 01, pp. 40-59.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração*. São Paulo, EDUSP, 1998.
- SCHOMMER, Paula; FRANÇA FILHO, Genauto C. A metodologia da residência social e a aprendizagem em comunidade de prática. *NAU-Social*, v. 1, n. 1, 2010, p. 203-226.
- WENGER, E. *Communities of practice*. Learning, meaning and identity. New York: Cambridge University Press, 1998.

(Endnotes)

¹ Este artigo é fruto de desenvolvimento de estudos relacionados ao projeto de pesquisa intitulado: CONSTRUÇÃO, TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO IMIGRANTE NA POLÍCIA FEDERAL NA REGIÃO DE FRONTEIRA EM MATO GROSSO DO SUL, financiado pelo Edital Universal 2014 do CNPq.

